Notícias do dia 24 de novembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 6

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Conselheiro determina suspensão de chamamento para gestão do Hospital de Uruaçu 3

TRIBUNA GOIÁS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Governo de Goiás Reconstrói 1.860 km de rodovias em 10 meses 4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos de parlamentares e da Governadoria são destaques hoje 6

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos de parlamentares e da Governadoria são destaques hoje 8

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos de deputados e da Governadoria são destaques hoje 10

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos de deputados e da Governadoria são destaques hoje 12

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos de parlamentares e da Governadoria são destaques hoje 14

PODER GOIÁS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Conselho do MP apura irregularidades em cargos no TCE de Goiás 16

Conselheiro determina suspensão de chamamento para gestão do Hospital de Uruaçu

O **conselheiro Sebastião Tejota**, do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), acolhendo encaminhamento da Gerência de Fiscalização do órgão, determinou, como medida cautelar, que a Secretaria de Estado da Saúde suspenda o Chamamento Público nº 01/2021 para a gestão do Hospital Geral e Maternidade de Uruaçu (Hemu).

Na decisão, assinada na última sexta-feira (19/nov), o **conselheiro** determina ao secretário Ismael Alexandrino Júnior, que adote uma série de providências para sanar as irregularidades apontadas em representação formulada pelo Instituto Actum de Saúde, quanto à habilitação do Instituto de Medicina Estudos e Desenvolvimento (Imed). A unidade técnica do **TCE**-GO verificou irregularidades "na qualificação financeira do Imed, sua inabilitação nos Chamamentos Públicos nº 02/2021 e 06/2021 em razão de irregularidades na composição do Conselho de Administração e ausência de capacidade de gestão da coisa pública dado o envolvimento do IMED em várias investigações no Estado do Amazonas".

O secretário de Saúde terá de apresentar ao **TCE**-GO esclarecimentos sobre a forma que se dá, naquela pasta, a análise dos demonstrativos contábeis das empresas interessadas em participarem de Chamamentos Públicos e, consequentemente, do cálculo dos índices previstos no edital. Também deverá esclarecer o motivo pelo qual a orientação da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde para o registro do valor de R$ 20.485.067,00 referente aos Créditos perante o Estado do Amazonas como Ativo Não Circulante não foi observado no Chamamento Público nº 01/2021. E, ainda, justificar a divergência de posicionamentos em processos de Chamamento Públicos semelhantes (Chamamentos nº 01, 02 e 06, todos de 2021) no que tange à composição do Conselho de Administração.

Do representante legal da organização social Imed, o **conselheiro** requereu justificativas acerca da inscrição do valor de R$ 20.485.067,00 referente aos Créditos perante o Estado do Amazonas como Ativo Circulante. Notificou, ainda, a denunciante, Instituto Actum de Saúde, para que regularize a sua qualificação, juntando ao processo ato de registro do Estatuto Social no cartório de títulos e documentos e registro civil de pessoa jurídica.

Site: https://diariotemporeal.com/92595-conselheiro-determina-suspensao-de-chamamento-para-gestao-do-hospital-de-uruacu/

Governo de Goiás Reconstrói 1.860 km de rodovias em 10 meses

Marca é alcançada na primeira semana de novembro, com investimentos de R$ 342,6 milhões. Obras geridas pela Goinfra englobam, ainda, sinalização de quase 3,8 mil quilômetros, com recursos da ordem de R$ 41 milhões. Todos os recursos são do Tesouro Estadual .

O Governo de Goiás reconstruiu 1.860 quilômetros de rodovias em apenas 10 meses, com investimento de R$ 342,6 milhões, e implantou sinalização vertical e horizontal em outros quase 3,8 mil quilômetros de vias, com aplicação de R$ 41 milhões. Todos os recursos são do Tesouro Estadual que geram obras sob a gestão da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes**.

"Na Goinfra, o dinheiro é para fazer asfalto, estrutura básica que significa dignidade, trafegabilidade, segurança e mais desenvolvimento", afirma governador Ronaldo Caiado, que exige padrão de excelência. "Não é asfalto de R$ 1,99, meia-boca, que uma chuva acaba, não. É pavimento bem estruturado, sinalizado e feito para durar", pontua.

Com o programa Goiás em Movimento, em agosto, o governo estadual já havia batido um recorde na área de manutenção, com mil quilômetros de vias revitalizadas. Agora, quase dobrou esse número. "Executamos o maior programa de reconstrução de rodovias do Estado e da história desta Goinfra. Isso não sou eu quem fala, são os dados disponíveis no Portal da Transparência e para o **Tribunal de Contas do Estado**", explica o presidente da Goinfra, Pedro Sales. Ele conta que o valor investido pela manutenção somente na recuperação de rodovias pavimentadas deve ultrapassar os R$ 440 milhões em 2021.

Apenas neste segundo semestre, o governo já concluiu mais de 800 quilômetros em dezenas de obras de reconstrução rodoviária. Foram executadas intervenções em várias regiões, com destaque para o Vale do Araguaia, Entorno do Distrito Federal e Centro goiano. E, apesar do início das chuvas no Estado, as frentes de serviço não pararam. Os trabalhos seguem em ritmo acelerado para entregar o máximo de malha viária revitalizada até o final do ano.

Neste último trimestre, o Governo de Goiás entregou obras estruturantes, como os dois trechos da GO-164, no Vale do Araguaia, entre São Miguel do Araguaia e Mundo Novo (15 quilômetros) e o trajeto de Mozarlândia a Nova Crixás (34,5 quilômetros). São duas rotas fundamentais para o escoamento da produção rural e para o turismo, pois levam ao Rio Araguaia.

Antes, a Goinfra já havia concluído outros trajetos turísticos, como a GO-338, de Pirenópolis a Posse D'Abadia; a GO-213, do trevo de Caldas Novas ao trevo de Rio Quente; a GO-507, que leva da GO-213 até Rio Quente; e a GO-510, desde o entroncamento com a GO-507 até Cabanas do Rio Quente.

Há obras extensas, como a reconstrução dos 85 quilômetros da GO-139, de Vianópolis ao entroncamento com a GO-217, e os 44 quilômetros da GO-330, de Vianópolis a Orizona. "Eliminamos pontos críticos e gargalos produtivos, chegamos a regiões que estavam excluídas, pessoas que estavam esquecidas", ressalta o presidente Pedro Sales sobre as obras executadas.

Sales cita a experiência com vistorias a frentes de serviços em municípios como Mara Rosa, Amaralina e Bonópolis, no Norte goiano. "É muito bonito ver o Estado chegar a esses lugares, e presenciar o entusiasmo dessas pessoas, muitos falam que nunca viram, em gestões passadas, uma máquina do governo chegar até ali."

O Entorno do Distrito Federal, que já havia sido bastante beneficiado no primeiro semestre, recebeu mais obras, a maioria no perímetro urbano nos municípios de Luziânia, Mimoso, Formosa, Água Fria de Goiás e Padre Bernardo. "Antes havia muito buraco e era difícil para as pessoas irem trabalhar. Agora ficou excelente", destaca a professora Karine Pereira sobre a obra na GO-547. "Isso mostra o compromisso com o crescimento do nosso Estado", avalia José Antônio, outro residente do Entorno.

O Governo de Goiás ainda promoveu a reconstrução de rodovias no Centro e Norte goianos, como a GO-230, entre Itapuranga ao entroncamento com a GO-164 (38 quilômetros); a GO-480, entre Santa Isabel e Rialma (5 quilômetros); a GO-460, de São Patrício até a GO-334 (3 quilômetros) e a GO-241, de Estrela do Norte a Mutunópolis (10 quilômetros).

Estradas em leito natural

Estado também executa obras fundamentais para manter a trafegabilidade e segurança nas estradas não-pavimentadas do Estado, que representam cerca de 9 mil quilômetros do total de 21 mil quilômetros de extensão da malha rodoviária estadual. Dentro do eixo Manutenção do programa Goiás em Movimento, a Goinfra realizou, de janeiro ao final de outubro, serviços de melhoria viária em 2.200 quilômetros em vias de leito natural, com investimento de R$ 109 milhões.

Entre as rodovias contempladas estão a GO-156, do distrito de Auriverde a Crixás, e a GO-338, de Hidrolina ao distrito de Luzelândia, ambas no Norte goiano. Na Região Metropolitana de Goiânia, teve canteiro de obras na GO-219, entre Hidrolândia e o distrito de Nova Fátima. No Nordeste, destaque para serviços executados em trecho de 24 quilômetros da GO-116, próximo a Flores de Goiás; e na GO-236, do entroncamento com a BR-020 a Flores de Goiás.

Nas vias não pavimentadas, a Goinfra executa serviços como revestimento primário (cascalhamento), levantamento de greide e terraplanagem, que asseguram a trafegabilidade de veículos e caminhões. O trabalho facilita o escoamento da diversificada produção do setor agropecuário pelo interior do Estado, além do acesso a povoados e distritos. Também nessas estradas, a agência promove a construção de pontes de concreto armado em substituição a antigas passagens de madeiras.

Dentro do Eixo Pontes, a previsão da Diretoria de Manutenção é entregar 80 pontes de concreto, de 5 até 38 metros de extensão, até dezembro deste ano, a grande maioria nas rodovias não pavimentadas. A meta final é que esse número, em 2022, salte para 180 pontes inauguradas pelo Governo de Goiás por todo o Estado, incluindo as estruturas com extensões maiores, que são construídas pela Diretoria de Obras Rodoviárias. Neste início de novembro, já são quase 50 pontes finalizadas, algumas aguardando apenas a execução do encabeçamento para a liberação ao tráfego de veículos.

"Quase todas as pontes que estamos construindo atendem a reivindicações históricas da população goiana. São respostas a esperas de décadas", calcula o presidente Pedro Sales. Um exemplo é a estrutura sobre o Rio Formiga, na GO-573, entre Mara Rosa e o entroncamento com a GO-239, nas proximidades do município de Amaralina, no Norte goiano. "A passagem muito antiga e danificada, que representava risco de acidentes aos usuários, foi substituída por uma ponte de 38 metros de extensão e 10 metros de largura, que, mais do que uma obra em concreto armado, é um grande reforço ao tráfego do transporte escolar e ao escoamento da produção agropecuária local", pontua.

Em São João D'Aliança, o governo ergueu uma ponte de 30 metros de extensão sobre o Rio Ribeirão, como mais uma demonstração de confiança no crescimento de uma região historicamente negligenciada pelo poder público. "Construímos novos horizontes para o Nordeste de Goiás. Principalmente para as cidades que, por muitos anos, foram esquecidas pelo governo, mas, hoje, veem o desenvolvimento chegar por meio das nossas obras", conclui Pedro Sales.

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - Goinfra

Site:
https://www.jornaltribunadegoias.com.br/2021/11/governo-de-goias-reconstroi-1-860-km-de-rodovias-em-10-meses/

Projetos de parlamentares e da Governadoria são destaques hoje

Os deputados estaduais têm 83 processos legislativos para apreciação na sessão ordinária desta quarta-feira, 24. São matérias oriundas dos próprios parlamentares, da Governadoria e da Mesa Diretora da **Alego**. A sessão será realizada de forma híbrida, com início às 15 horas, e transmissão a vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 24, deve contar com 83 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a antepenúltima reunião do mês de novembro será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 80 são projetos de lei de iniciativa parlamentar, sendo 15 propostas em fase de votação definitiva, 45 em primeira apreciação e 20 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Ainda para segunda apreciação, consta da pauta uma matéria de autoria do Poder Executivo, e uma assinada pela Mesa Diretora da Casa. Há também, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta da Governadoria que quer modificar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC). O texto foi protocolado na Casa sob nº 8607/21 .

Entre as alterações propostas, a Gerência de Apoio ao Investidor, subordinada à Superintendência de Prospecção de Investimentos, passa a denominar-se Gerência de Prospecção e Estímulo ao Investidor, e mantêm-se inalterados o cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo DAI-I, e a sua subordinação, sem prejuízo da investidura do atual ocupante.

De acordo com o Governo, trata-se de mera adequação de competências e subordinação gerencial no âmbito da pasta, sem qualquer acréscimo de despesa.

Regimento Interno

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

A medida visa assegurar o regular, efetivo e produtivo funcionamento dos trabalhos na **Alego**, em sintonia com as novas e positivas transformações tecnológicas vivenciadas pela sociedade, que vieram a permitir e também facilitar a realização de atividades de forma remota.

Auxílio para armamento

Também para votação definitiva, a pauta de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 4490/19 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL), que dispõe sobre a criação de auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

O valor do auxílio proposto para os trabalhadores da categoria foi estipulado em R$ 1 mil e deverá ser custeado pelo Fundo Penitenciário Estadual (Funpes). Para ter acesso ao dinheiro, o solicitante deverá cumprir três requisitos:

Em sua justificativa, o deputado estabelece que a não garantia de porte de arma de fogo pelo poder público é "acima de tudo, um problema de ordem moral". Para o parlamentar, o Poder Executivo viola o direito à vida quando dificulta o acesso a um meio de autodefesa e é, ao mesmo tempo, incapaz de garantir a segurança.

O deputado ainda relembra a decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª região que definiu que a categoria possui direito subjetivo ao porte de arma de fogo concedido pela Polícia Federal em razão da presunção da efetiva necessidade.

No projeto, Teófilo destaca a importância do auxílio para os vigilantes penitenciários temporários que desejam adquirir uma arma de fogo. "O salário pago pelo Poder Executivo não possibilita suporte financeiro para aquisição de arma de fogo que, frisa-se, tem valor elevadíssimo. A proposta corrige um problema criado pelo próprio poder público."

Se receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, esses projetos estarão aptos a serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 24, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/121718/projetos-de-parlamentares-e-da-governadoria-sao-destaques-hoje

Projetos de parlamentares e da Governadoria são destaques hoje

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 24, deve contar com 83 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a antepenúltima reunião do mês de novembro será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 80 são projetos de lei de iniciativa parlamentar, sendo 15 propostas em fase de votação definitiva, 45 em primeira apreciação e 20 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Ainda para segunda apreciação, consta da pauta uma matéria de autoria do Poder Executivo, e uma assinada pela Mesa Diretora da Casa. Há também, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta da Governadoria que quer modificar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC). O texto foi protocolado na Casa sob nº 8607/21 .

Entre as alterações propostas, a Gerência de Apoio ao Investidor, subordinada à Superintendência de Prospecção de Investimentos, passa a denominar-se Gerência de Prospecção e Estímulo ao Investidor, e mantêm-se inalterados o cargo de provimento em comissão de gerente, símbolo DAI-I, e a sua subordinação, sem prejuízo da investidura do atual ocupante.

De acordo com o Governo, trata-se de mera adequação de competências e subordinação gerencial no âmbito da pasta, sem qualquer acréscimo de despesa.

Regimento Interno

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

A medida visa assegurar o regular, efetivo e produtivo funcionamento dos trabalhos na **Alego**, em sintonia com as novas e positivas transformações tecnológicas vivenciadas pela sociedade, que vieram a permitir e também facilitar a realização de atividades de forma remota.

Auxílio para armamento

Também para votação definitiva, a pauta de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 4490/19 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que dispõe sobre a criação de auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

O valor do auxílio proposto para os trabalhadores da categoria foi estipulado em R$ 1 mil e deverá ser custeado pelo Fundo Penitenciário Estadual (Funpes). Para ter acesso ao dinheiro, o solicitante deverá cumprir três requisitos:

Em sua justificativa, o deputado estabelece que a não garantia de porte de arma de fogo pelo poder público é "acima de tudo, um problema de ordem moral". Para o parlamentar, o Poder Executivo viola o direito à vida quando dificulta o acesso a um meio de autodefesa e é, ao mesmo tempo, incapaz de garantir a segurança.

O deputado ainda relembra a decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª região que definiu que a categoria possui direito subjetivo ao porte de arma de fogo concedido pela Polícia Federal em razão da presunção da efetiva necessidade.

No projeto, Teófilo destaca a importância do auxílio para os vigilantes penitenciários temporários que desejam adquirir uma arma de fogo. "O salário pago pelo Poder Executivo não possibilita suporte financeiro para aquisição de arma de fogo que, frisa-se, tem valor elevadíssimo. A proposta corrige um problema criado pelo próprio poder público."

Se receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, esses projetos estarão aptos a serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 24, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/projetos-de-parlamentares-e-da-governadoria-sao-destaques-hoje/

Projetos de deputados e da Governadoria são destaques hoje

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 24, deve contar com 83 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a antepenúltima reunião do mês de novembro será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 80 são projetos de lei de iniciativa parlamentar, sendo 15 propostas em fase de votação definitiva, 45 em primeira apreciação e 20 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Ainda para segunda apreciação, consta da pauta uma matéria de autoria do Poder Executivo, e uma assinada pela Mesa Diretora da Casa. Há também, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta da Governadoria que quer modificar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC). O texto foi protocolado na Casa sob nº 8607/21 .

Entre as alterações propostas, a Gerência de Apoio ao Investidor, subordinada à Superintendência de Prospecção de Investimentos, passa a denominar-se Gerência de Prospecção e Estímulo ao Investidor, e mantêm-se inalterados o cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo DAI-l, e a sua subordinação, sem prejuízo da investidura do atual ocupante.

De acordo com o Governo, trata-se de mera adequação de competências e subordinação gerencial no âmbito da pasta, sem qualquer acréscimo de despesa.

Regimento Interno

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

A medida visa assegurar o regular, efetivo e produtivo funcionamento dos trabalhos na **Alego**, em sintonia com as novas e positivas transformações tecnológicas vivenciadas pela sociedade, que vieram a permitir e também facilitar a realização de atividades de forma remota.

Auxílio para armamento

Também para votação definitiva, a pauta de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 4490/19 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL), que dispõe sobre a criação de auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

O valor do auxílio proposto para os trabalhadores da categoria foi estipulado em R$ 1 mil e deverá ser custeado pelo Fundo Penitenciário Estadual (Funpes). Para ter acesso ao dinheiro, o solicitante deverá cumprir três requisitos:

Em sua justificativa, o deputado estabelece que a não garantia de porte de arma de fogo pelo poder público é "acima de tudo, um problema de ordem moral". Para o parlamentar, o Poder Executivo viola o direito à vida quando dificulta o acesso a um meio de autodefesa e é, ao mesmo tempo, incapaz de garantir a segurança.

O deputado ainda relembra a decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª região que definiu que a categoria possui direito subjetivo ao porte de arma de fogo concedido pela Polícia Federal em razão da presunção da efetiva necessidade.

No projeto, Teófilo destaca a importância do auxílio para os vigilantes penitenciários temporários que desejam adquirir uma arma de fogo. "O salário pago pelo Poder Executivo não possibilita suporte financeiro para aquisição de arma de fogo que, frisa-se, tem valor elevadíssimo. A proposta corrige um problema criado pelo próprio poder público."

Se receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, esses projetos estarão aptos a serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 24, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/projetos-de-deputados-e-da-governadoria-sao-destaques-hoje/

Projetos de deputados e da Governadoria são destaques hoje

Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 24, deve contar com 83 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a antepenúltima reunião do mês de novembro será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 80 são projetos de lei de iniciativa parlamentar, sendo 15 propostas em fase de votação definitiva, 45 em primeira apreciação e 20 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Ainda para segunda apreciação, consta da pauta uma matéria de autoria do Poder Executivo, e uma assinada pela Mesa Diretora da Casa. Há também, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta da Governadoria que quer modificar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC). O texto foi protocolado na Casa sob nº 8607/21 .

Entre as alterações propostas, a Gerência de Apoio ao Investidor, subordinada à Superintendência de Prospecção de Investimentos, passa a denominar-se Gerência de Prospecção e Estímulo ao Investidor, e mantêm-se inalterados o cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo DAI-l, e a sua subordinação, sem prejuízo da investidura do atual ocupante.

De acordo com o Governo, trata-se de mera adequação de competências e subordinação gerencial no âmbito da pasta, sem qualquer acréscimo de despesa.

Regimento Interno

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

A medida visa assegurar o regular, efetivo e produtivo funcionamento dos trabalhos na **Alego**, em sintonia com as novas e positivas transformações tecnológicas vivenciadas pela sociedade, que vieram a permitir e também facilitar a realização de atividades de forma remota.

Auxílio para armamento

Também para votação definitiva, a pauta de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 4490/19 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL), que dispõe sobre a criação de auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

O valor do auxílio proposto para os trabalhadores da categoria foi estipulado em R$ 1 mil e deverá ser custeado pelo Fundo Penitenciário Estadual (Funpes). Para ter acesso ao dinheiro, o solicitante deverá cumprir três requisitos:

Em sua justificativa, o deputado estabelece que a não garantia de porte de arma de fogo pelo poder público é "acima de tudo, um problema de ordem moral". Para o parlamentar, o Poder Executivo viola o direito à vida quando dificulta o acesso a um meio de autodefesa e é, ao mesmo tempo, incapaz de garantir a segurança.

O deputado ainda relembra a decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª região que definiu que a categoria possui direito subjetivo ao porte de arma de fogo concedido pela Polícia Federal em razão da presunção da efetiva necessidade.

No projeto, Teófilo destaca a importância do auxílio para os vigilantes penitenciários temporários que desejam adquirir uma arma de fogo. "O salário pago pelo Poder Executivo não possibilita suporte financeiro para aquisição de arma de fogo que, frisa-se, tem valor elevadíssimo. A proposta corrige um problema criado pelo próprio poder público."

Se receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda

e definitiva fase de votação, esses projetos estarão aptos a serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 24, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/projetos-de-deputados-e-da-governadoria-sao-destaques-hoje/

Projetos de parlamentares e da Governadoria são destaques hoje

Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 24, deve contar com 83 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a antepenúltima reunião do mês de novembro será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 80 são projetos de lei de iniciativa parlamentar, sendo 15 propostas em fase de votação definitiva, 45 em primeira apreciação e 20 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Ainda para segunda apreciação, consta da pauta uma matéria de autoria do Poder Executivo, e uma assinada pela Mesa Diretora da Casa. Há também, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta da Governadoria que quer modificar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC). O texto foi protocolado na Casa sob nº 8607/21 .

Entre as alterações propostas, a Gerência de Apoio ao Investidor, subordinada à Superintendência de Prospecção de Investimentos, passa a denominar-se Gerência de Prospecção e Estímulo ao Investidor, e mantêm-se inalterados o cargo de provimento em comissão de gerente, símbolo DAI-I, e a sua subordinação, sem prejuízo da investidura do atual ocupante.

De acordo com o Governo, trata-se de mera adequação de competências e subordinação gerencial no âmbito da pasta, sem qualquer acréscimo de despesa.

Regimento Interno

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 8519/21 , da Mesa Diretora, que altera o Regimento Interno da **Alego** para permitir que as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e reuniões das comissões técnicas sejam realizadas de forma híbrida.

A medida visa assegurar o regular, efetivo e produtivo funcionamento dos trabalhos na **Alego**, em sintonia com as novas e positivas transformações tecnológicas vivenciadas pela sociedade, que vieram a permitir e também facilitar a realização de atividades de forma remota.

Auxílio para armamento

Também para votação definitiva, a pauta de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 4490/19 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que dispõe sobre a criação de auxílio financeiro para que os vigilantes penitenciários temporários da Diretoria Geral de Administração Penitenciária possam adquirir armas de fogo.

O valor do auxílio proposto para os trabalhadores da categoria foi estipulado em R$ 1 mil e deverá ser custeado pelo Fundo Penitenciário Estadual (Funpes). Para ter acesso ao dinheiro, o solicitante deverá cumprir três requisitos:

Em sua justificativa, o deputado estabelece que a não garantia de porte de arma de fogo pelo poder público é "acima de tudo, um problema de ordem moral". Para o parlamentar, o Poder Executivo viola o direito à vida quando dificulta o acesso a um meio de autodefesa e é, ao mesmo tempo, incapaz de garantir a segurança.

O deputado ainda relembra a decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª região que definiu que a categoria possui direito subjetivo ao porte de arma de fogo concedido pela Polícia Federal em razão da presunção da efetiva necessidade.

No projeto, Teófilo destaca a importância do auxílio para os vigilantes penitenciários temporários que desejam adquirir uma arma de fogo. "O salário pago pelo Poder Executivo não possibilita suporte financeiro para aquisição de arma de fogo que, frisa-se, tem valor elevadíssimo. A proposta corrige um problema criado pelo próprio poder público."

Se receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda

e definitiva fase de votação, esses projetos estarão aptos a serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 24, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/projetos-de-parlamentares-e-da-governadoria-sao-destaques-hoje/

Conselho do MP apura irregularidades em cargos no TCE de Goiás

O Conselho Superior do Ministério Público de **Goiás** decidiu levar adiante uma investigação contra o **Tribunal de Contas do estado** por irregularidades na contratação de servidores comissionados no órgão. Dados colhidos pelos investigadores flagraram servidores temporários ocupando cargos nas chamadas atividades finalísticas de auditoria e fiscalização, dentre outros casos de desvio de função.

Na decisão, o conselho reconhece que a prática é inconstitucional por permitir o emprego de funcionários temporários em funções que só podem ser desempenhadas por servidores concursados no **TCE**-GO.

Segundo levantamento do MP goiano, o tribunal tem 455 funcionários em comissão e apenas 375 servidores efetivos, dos quais a metade ainda foi efetivada sem concurso público. Dos 335 cargos de auditor de controle externo existentes no **TCE**/GO, 124 cargos estão vagos.

A Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil diz que a entidade irá acompanhar o caso em **Goiás** e pretende marcar posição contra as irregularidades.

Site:
http://www.podergoias.com.br/materia/7194/conselho-do-mp-apura-irregularidades-em-cargos-no-tce-de-goias